

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS) JSL, VAMOS & CS BRASIL – BRASIL

Idioma original do documento: Inglês
Data da emissão: maio 2021

1. Informações Gerais sobre o Projeto e o Escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

JSL, Vamos e CSB (denominados coletivamente “Cliente” ou “Empresa”) são empresas brasileiras controladas pelo Grupo SIMPAR, (“SIMPAR”, ou “Grupo”). A JSL se dedica a serviços de transporte de cargas; CSB para entidades públicas terceirizadas de gestão de frota, transporte de passageiros e destinação de resíduos públicos; e Vamos para aluguel e vendas de caminhões e máquinas.

Devido às restrições de deslocamento impostas pela pandemia da COVID-19, a Devida Diligência Ambiental e Social (“ESDD”) foi realizada através de uma série de reuniões virtuais com o Cliente, nas quais foram solicitadas e avaliadas informações sobre as políticas, sistemas, procedimentos e registros de desempenho ambientais e sociais. Não foram feitas visitas nos locais das companhias.

A operação proposta (o “Projeto”) visa apoiar os esforços do Cliente para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (“GEE”) em suas operações. Os objetivos da transação são: i) aumentar a participação de veículos elétricos leves e pesados, híbridos e flex-fuel em sua frota; ii) apoiar os investimentos na conversão de GNV (“Gás Natural Comprimido”); iii) melhorar os serviços de limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos e transporte de passageiros; e iv) projetos de inovação para otimizar seu processo operacional e integração de sistemas por meio da inclusão de tecnologias e programas para reduzir a pegada de carbono geral de suas operações.

2. Classificação Ambiental e Social e sua Justificativa

O Projeto foi classificado como uma operação de categoria B de acordo com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, uma vez que, em termos gerais, ele criará os seguintes impactos: i) emissões de gases de efeito estufa, relacionadas principalmente ao consumo de combustíveis e energia; ii) produção de resíduos sólidos e líquidos; iii) emissões de ar e ruído, provindas da operação da frota do Cliente; iv) potenciais impactos sanitários, de segurança, gênero e diversidade; e v) potencial interferência nas atividades de comunidades vizinhas. Considera-se que estes impactos têm de baixa a média-alta intensidade e que são de fácil gestão desde a perspectiva do Projeto.

Os Padrões de Desempenho (“PS”) da International Finance Corporation (IFC) aplicáveis ao Projeto são: i) (i) PS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; (ii) PS 2: Condições de Emprego e de Trabalho; (iii) PS 3: Eficiência do uso de Recursos e Prevenção da Poluição; e (iv) PS 4: Saúde e Segurança da Comunidade.

3. Contextos Ambiental e Social

3.1 Características Gerais do Site do Projeto

O Cliente tem três companhias gerenciadas pela SIMPAR: i) a JSL, que fornece serviços logísticos e de transporte de bens; ii) a Vamos, que atua principalmente na locação e venda de caminhões; e iii) a CS Brasil, que faz a terceirização da gestão de frotas. As operações da Empresa são desenvolvidas em 21 estados em escritórios, centros de distribuição e amplos armazéns, localizados em áreas urbanas e suburbanas de várias cidades brasileiras.

3.2 Riscos contextuais

Dadas as características da operação do Cliente, os riscos contextuais envolvem a vulnerabilidade às mudanças climáticas e à violência urbana. As mudanças climáticas são associadas as inundações e tormentas severas que podem afetar algumas das atividades operacionais e o tráfego na rede rodoviária existente provocando acidentes, perda de propriedades e atrasos no transporte. A violência urbana refere-se aos riscos de assalto a mão armada que poderão afetar tanto as unidades operacionais como a carga transportada nas rodovias.

4. Riscos e Impactos Ambientais e Medidas de Mitigação e Compensação Propostas

4.1 Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais

4.1.a Sistema de Avaliação e Gestão Ambiental e Social

A SIMPAR conta com um Sistema de Gestão Integrado que abrange a gestão ambiental (ISO 14.001:2015); a gestão da qualidade (ISO 9001:2015), as Normas Globais de Conformidade com a Reputação da Marca¹ (“BRCGC”), o Sistema de Avaliação em Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade (“SASSMAQ”), e a Auditoria de Contratação Responsável (“URSA”) e Auditoria de Comércio Ético dos Membros da Sedex (“SMETA”) e os seus protocolos sobre responsabilidade social.

O Sistema de Gestão Ambiental preparado conforme a Norma ISO 14001:2015 compreende algumas das operações do Grupo. Além disso, o Manual de Gestão Ambiental (“MGA”), que abrange todas as operações do Grupo e pode se adequar a todas as companhias subsidiárias, é utilizado atualmente em toda a organização. O manual inclui atividades como o licenciamento ambiental, planejamento, gestão de resíduos sólidos e líquidos, monitoramento e controle de emissões de ar, monitoramento e controle de emissões de ruído, controle da qualidade de água potável, controle de vetores de doenças, manutenção de aparelhos de ar condicionado, gestão de poda de vegetação, resposta às emergências ambientais, treinamento, monitoramento de ações corretivas, diretrizes para as operações implementadas em outros prédios do Cliente, e diretrizes para a prevenção da poluição e diretrizes para documentação. O manual também contém procedimentos de gestão para as últimas.

¹ Padrão mundial para armazenagem e distribuição de bens.

O cumprimento do Sistema de Gestão Integrado é avaliado regularmente mediante: i) auditorias internas periódicas; ii) a avaliação crítica dos resultados por parte dos diretores do Grupo; iii) enquête de satisfação dos clientes; iv) monitoramento dos objetivos e metas estabelecidos pela alta gerência; v) avaliação periódica dos requerimentos legais; e vi) avaliação de aspectos significativos das operações do Grupo.

O Cliente cumpre atualmente com a legislação e normas nacionais relativas à emissão de licenças ambientais, normas de saúde e segurança, legislação trabalhista e outras regulamentações relacionadas.

A SIMPAR também implementou canais para a recepção, tratamento e resposta de reclamações tanto do público interno como do externo das três companhias. No entanto, a SIMPAR ainda não adotou um Plano de Engajamento das Partes Interessadas.

4.1.b Política

A SIMPAR adotou uma Política de Sustentabilidade. Ela compreende objetivos; a identificação de um público-alvo; princípios que incluem a gestão de políticas, a governança corporativa, impactos ambientais e sociais, e padrões de excelência dos serviços; a definição de responsabilidades de gestão e implementação de políticas; a identificação dos problemas prioritários; e um glossário.

A política exprime o comprometimento do Grupo com o Pacto Global das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A responsabilidade pela implementação, avaliação e atualização das políticas cabe ao Conselho de Administração do Grupo, com o apoio do Comitê de Sustentabilidade que fornece informações sobre gestão de políticas e resultados obtidos. Adicionalmente, o Grupo tem políticas específicas para o gerenciamento dos recursos humanos, a gestão da subcontratação de caminhoneiros e o investimento social privado em vigor.

4.1.c Identificação de Riscos e Impactos

Em termos do processo de emissão de licenças ambientais, a maioria das instalações do Cliente são propriedades de pequeno ou médio porte localizadas em áreas urbanas e suburbanas e geralmente não requerem estudos para avaliar o impacto ambiental conforme as regulamentações brasileiras. Portanto, não são realizadas avaliações de impacto ambiental para obter licenças ambientais para as suas unidades operacionais: os impactos e riscos são examinados como parte do sistema de gestão ambiental existente e são incorporados a uma matriz que também contém as ações de mitigação propostas, e as medidas de monitoramento.

Os riscos ambientais e sociais são encarados através do cumprimento das regulamentações a respeito do emprego, saúde e segurança, prevenção de incêndios, preparação e resposta às emergências etc. O Grupo também tem certificações de qualidade e gestão ambiental, e um canal de reclamações que recebe, processa e trata das queixas, tanto do público interno quanto do externo.

No seu Manual de Gestão Ambiental, o Cliente tem estabelecido procedimentos para detectar e controlar impactos ambientais locais vinculados com suas operações. As áreas abrangidas incluem a gestão de resíduos sólidos e líquidos, controle de emissões de ar, monitoramento e controle de emissões de ruído, controle da qualidade de água potável, controle de vetores de doenças, manutenção de aparelhos de ar condicionado, gestão de poda de vegetação, resposta às emergências ambientais, treinamento, monitoramento de ações corretivas, diretrizes para as operações implementadas em outros locais do Cliente, diretrizes para a prevenção da poluição e diretrizes para documentação.

A matriz de identificação de impactos é adequada para detectar e avaliar os impactos e riscos associados aos aspectos internos. Contudo, ela proporciona um modesto apoio para identificar e mitigar os impactos externos como os incômodos comunitários (por exemplo, interferências com o tráfego, emissões sonoras, alterações da qualidade do ar e maiores riscos de acidentes envolvendo público externo), interações com animais selvagens e outros impactos potenciais².

4.1.c.i Impactos e Riscos Diretos e Indiretos

Entre os impactos e riscos diretos mais importantes se encontram: alteração da qualidade do ar (geração de gás de efeito estufa e potencial contaminação do ar); perturbações sonoras; potencial contaminação do solo e dos recursos hídricos; riscos de acidentes envolvendo o pessoal do Grupo; motoristas terceirizados e membros da comunidade externa, geração de emprego (direto); perda de fauna (selvagem e doméstica) devido a colisões com caminhões durante atividades de transporte; e estímulo da economia. Os impactos indiretos podem incluir, entre outros, a contribuição às mudanças climáticas (mediante emissões de gás de efeito estufa), interferência de tráfego na proximidade de algumas das operações de Grupo, conflitos com os vizinhos devido às perturbações do tráfego, potenciais problemas de saúde vinculados com o ruído e as alterações da qualidade do ar, e geração de emprego (indireto).

A contínua atualização da matriz de impacto serve de base para complementar os programas de mitigação e monitoramento existentes.

² Riscos de acidentes rodoviários; perda de animais selvagens e domésticos devido a acidentes; interferência de tráfego em torno de unidades operacionais existentes; possíveis problemas de saúde envolvendo vizinhos devido à perturbação sonora; e possíveis problemas de saúde envolvendo vizinhos devido a mudanças na qualidade do ar, dentre outros.

4.1.c.ii Avaliação de alternativas

O processo de tomada de decisões relativas à localização das novas unidades operacionais do Cliente envolve principalmente considerações de viabilidade técnica e financeira, porque a maioria das propriedades usadas pelas companhias se encontram em contextos urbanos e suburbanos.

4.1.c.iii Avaliação de Impactos Cumulativos

O Cliente ainda não realizou uma avaliação de impactos cumulativos para suas operações.

4.1.c.iv Riscos de Gênero

A atual proporção de trabalhadoras no Grupo é relativamente pequena (aproximadamente 16,7% dos funcionários). Na JSL, na Vamos e na CS Brasil, a porcentagem de trabalhadoras em finais de 2020 foi de 11,9%, 20,7% e 7,7%, respectivamente, apresentando um claro desequilíbrio de distribuição de gênero. Contudo, a SIMPAR encara aspectos sensíveis em termos de gênero com as seguintes ações: i) contratando companhias que fornecem pessoal de segurança feminino em unidades operacionais que exigem revista de pessoal; ii) assegurando que as condições de emprego sejam equivalentes para homens, mulheres e outros gêneros; iii) fornecendo equipamento de proteção individual apropriado para as trabalhadoras; iv) oferecendo opções de rotação de emprego para mulheres grávidas; v) oferecendo banheiros e vestiários separados para homens e mulheres; vi) fornecendo instalações adequadas para pessoas com deficiência, idosas e grávidas; vii) aplicando um código de conduta que expressamente proíba o assédio sexual e discriminação por sexo, estado civil, orientação sexual ou qualquer outra condição; viii) adotando um canal de reclamações operado por uma empresa externa independente que receba e processe todo tipo de reclamações, incluindo aquelas vinculadas com o assédio sexual; ix) apoiando a Associação Movimento Mulher 360, um movimento que procura o empoderamento econômico das mulheres brasileiras; x) defendendo o Pacto Global das Nações que promove os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que inclui o ODS 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres”; e x) lançando o benefício da licença maternidade estendida de 6 meses (no Brasil a licença por maternidade oficial nas companhias privadas dura 4 meses) e a licença por paternidade de 20 dias (geralmente as companhias brasileiras permitem 5 dias de licença por paternidade).

4.1.c.v Exposição às Mudanças Climáticas

As operações do Cliente localizam-se em todo o país e no estrangeiro. A principal exposição às mudanças climáticas está relacionada com as inundações e as tormentas severas. Como parte da Política de Gestão de Riscos da SIMPAR, a matriz de avaliação de risco climático foi desenvolvida e é atualizada regularmente para preparar as instalações e enfrentar eventos extremos. Além disso, os riscos e oportunidades relacionados com as mudanças climáticas também influenciam os planos financeiros da SIMPAR, para que possam ser avaliadas a alocação de despesas, o acesso ao capital e a alienação de ativos considerando os riscos das mudanças climáticas, as oportunidades e a adaptação.

4.1.d Programas de Gestão

O Grupo tem executado vários programas de gestão para monitorar potenciais impactos ambientais vinculados a suas operações. Adicionalmente, o Grupo tem vários programas amplos de sustentabilidade corporativa para enfrentar problemas ambientais e alguns sociais. Segundo o Manual de Gestão Ambiental, os programas específicos para cada sítio incluem: i) gestão de resíduos sólidos e líquidos; ii) controle de emissões atmosféricas; iii) monitoramento e controle de ruído; iv) monitoramento de água potável; v) controle de vetores de doenças; vi) resposta às emergências ambientais; e vii) treinamento de pessoal. Estes programas são customizados segundo o contexto específico de cada unidade operacional individual.

Além dos programas específicos por sítio, os programas corporativos ambientais e sociais abrangem: i) o Programa de Gestão de Emissões, e o Programa de Monitoramento de Emissões de Efeito Estufa que têm o intuito de compreender, monitorar e controlar as emissões de efeito estufa em todo o Grupo; ii) o Programa Ligado em Você, uma linha gratuita dedicada a providenciar informação, apoio e orientação aos funcionários e caminhoneiros da Empresa de maneira a que eles e suas famílias possam obter apoio quando tiverem problemas psicológicos, sociais ou médicos; iii) um Programa de Diversidade, para promover a diversidade e iguais oportunidades; e iv) outros programas sociais e ambientais para toda a corporação, que incluem a estimulação de ações voluntárias dos funcionários e também atividades de captação de fundos (Programas Julio Cidadão, Gincana Cultural e Natal de Emoções).

4.1.e Programas de Gestão

O Grupo tem equipes corporativas em cada unidade operacional dedicada às questões ambientais, sociais, sanitárias e de segurança relacionadas com suas atividades. A expertise das equipes abrange os campos de saúde e segurança, gestão ambiental, social e de sistemas.

No âmbito corporativo, a Diretoria é assessorada pelo Comitê de Sustentabilidade, um Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e uma Assembleia Executiva de Sustentabilidade. A Diretoria valida as posições indicadas pelo Comitê de Sustentabilidade e fornece alinhamento com a posição empresarial do Grupo. O Comitê de Sustentabilidade promove a incorporação das práticas de sustentabilidade na estratégia da Empresa, o processo de tomada de decisões e o propósito. Também favorece a integração da equipe nos departamentos da Empresa, apresenta recomendações à Diretoria e monitora a implementação de políticas, estratégias, ações e projetos. O Grupo de Trabalho de Sustentabilidade traduz as diretrizes para planos de ação, desenvolve projetos e valida ações com o Comitê de Sustentabilidade. Adicionalmente, a Assembleia de Sustentabilidade Executiva dá o alinhamento das políticas, diretrizes, projetos e procedimentos de sustentabilidade entre as companhias do Grupo, apresentando exemplos de boas práticas, experiências, temas e tendências para o setor.

O Grupo conta com a capacidade interna necessária para criar, operar, manter e melhorar o sistema de gestão ambiental, que se vale do apoio dos consultores externos, quando necessário. Também tem o engajamento formal da Diretoria com os temas relacionados com as áreas ambiental, social e de saúde e segurança, bem como o engajamento com a melhoria contínua dos indicadores de desempenho-chave da sustentabilidade do Grupo.

4.1.f Preparo e Resposta à Emergência

O Grupo possui Planos de Ação Emergencial para os escritórios da JSL em Mogi das Cruzes e Intermodal, bem como um Plano de Ação Emergencial Nacional para o Transporte de Cargas Perigosas. As referências aos procedimentos de emergências se encontram no Plano de Gestão Ambiental do Grupo.

Além do Plano de Ação Emergencial Nacional (para responder a potenciais acidentes com substâncias perigosas) e dos planos de resposta emergencial de unidades operacionais, o Cliente tem um manual para motoristas que trata do transporte de carga perigosa e não perigosa. Este manual oferece orientação para lidar uma série de problemas, por exemplo: i) a proibição do uso de álcool e drogas; ii) apresentação dos motoristas; iii) equipamentos de proteção individual; iv) listas de verificação de segurança para o transporte, carga e descarga; v) documentos requeridos para o transporte de carga; vi) identificação e classificação de substâncias perigosas; vii) composição de kits de resposta às emergências a bordo; viii) procedimentos de viagem; ix) regras para segurança rodoviária; x) direção defensiva; xi) cenários emergenciais e respostas aplicáveis; xii) identificação de impactos ambientais; xiii) uso racional da água e da energia; xiv) ergonomia; xv) limpeza de veículos; e xvi) prevenção de assédio sexual de crianças e adolescentes (Programa na Mão Certa).

Os planos de resposta emergencial das unidades Mogi e Intermodal contêm uma introdução, objetivos, definição da unidade operacional coberta pelo plano, documentos associados, relação com outros planos, escopo de aplicação, definições, identificação de unidades operacionais e atividades, estrutura de resposta organizacional, descrição de equipamentos disponíveis para respostas emergenciais, contatos úteis, descrição da ativação do plano e procedimento de comunicação, treinamento, simulação, guia no caso de abandono da área, sinalização emergencial, cenários emergenciais, guia para a avaliação e atualização de planos, cronograma de treinamento e critérios para o encerramento da emergência. A SUATRANS COTEC (atualmente AMBIPAR) foi contratada como fornecedor externo de serviços de atendimento a emergências nos territórios do Brasil e do Mercosul.

Embora a estrutura destes planos de resposta emergencial seja substancialmente completa, é preciso que os seguintes aspectos sejam incluídos: i) identificação de saídas de emergência e pontos de encontro; ii) listas de equipamento de resposta às emergências (kits de resposta, sistemas de detecção de incêndios, extintores, mangueiras de incêndios, hidrantes, aspersores de incêndios, etc.); iii) identificação de funções e limitações do fornecedor de serviços externo; iv) estrutura de resposta organizacional, incluindo o organograma e a lista dos nomes e os dados de contato daqueles envolvidos na resposta à emergência; v) cenários de emergência (incêndio, fugas de líquido inflamável, fugas de gás e primeiros socorros); vi) procedimentos de emergência associados com cada cenário; vii) resposta em caso de acidentes, com a lista de hospitais e outras unidades emergenciais; viii) apresentação de relatórios, que permitam entender as causas, descrever os procedimentos emergenciais adotados, explicar os resultados, etc.; e ix) treinamento do pessoal incluindo exercícios e simulações de emergências.

O Grupo tem preparado um Plano de Ação Emergencial nacional, que abrange todo o país, para responder a acidentes que possam ocorrer durante o transporte de carga perigosa. A

implementação desse plano é responsabilidade da SUATRANS – AMBIPAR, que fornece uma cobertura numa superfície extensa com o suporte de bases de operação estrategicamente distribuídas que têm equipamento, veículos e pessoal de resposta para emergências em todo o Brasil. Este suporte emergencial opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e é ativado através de linhas gratuitas. Além disso, o Cliente conduz simulações de acidentes periódicas envolvendo a fuga de produtos perigosos, incêndios e outras situações para testar o equipamento e pessoal de resposta à emergência.

4.1.g Monitoramento e Análise

Conforme o Manual de Gestão Integrada do Grupo, o Cliente monitora e analisa permanentemente o seu desempenho em termos de gestão ambiental mediante: i) auditorias internas; ii) reuniões frequentes dos diretores para realizar uma avaliação crítica do sistema de gestão ambiental; iii) uso de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para monitorar objetivos e metas estabelecidos pelos alta gerência; iv) estudo e manejo de não-conformidades; v) enquetes de satisfação do cliente; vi) avaliação contínua de aspectos ambientais e avaliação do impacto de todas as operações da Empresa, e vii) monitoramento contínuo dos requerimentos legais das operações.

O Manual de Gestão Ambiental do Grupo também descreve procedimentos para o monitoramento periódico de fumaça preta provinda de veículos a diesel, por meio de opacímetros, bem como a comparação dos resultados obtidos com as regulamentações brasileiras. Toda a frota do grupo é monitorada, inclusive os veículos terceirizados.

No que diz respeito às emissões de ruído, o Grupo adota duas abordagens: i) monitoramento sonoro dos veículos, que acarreta a avaliação frequente da emissão sonora dos veículos a diesel; e ii) monitoramento do ruído ambiente em áreas destinadas a manutenção de veículos, superfícies para estacionamento de veículos de grande porte e outras operações que geram um ruído significativo. O monitoramento sonoro foi feito em torno de algumas das instalações maiores do Grupo, como o Centro Logístico Intermodal da JSL em Itaquaquecetuba, São Paulo. O monitoramento foi realizado dentro dos limites da propriedade. O padrão de referência utilizado no monitoramento foi a Norma ABNT NBR 10.151/00 em vigor no Brasil e a superfície foi classificada como “predominantemente industrial”, segundo a qual os níveis sonoros de 70 DB(A) são tolerados durante o dia e 60 DB(A) são tolerados durante a noite. Os resultados das medições nos limites da propriedade variaram entre 42.17 e 66.55 DB(A) durante o dia e 55.10 DB(A) durante a noite. Não foram feitas medições nos receptores sensíveis ao redor do local para avaliar o nível de ruído ambiente nas residências. Portanto, não há informação disponível sobre o impacto sonoro nos receptores sensíveis.

4.1.h Engajamento das Partes Interessadas

Certo nível de engajamento das partes interessadas foi alcançado graças à participação do Grupo numa série de iniciativas ambientais e sociais, envolvendo ONGs como Childhood Brasil (luta contra a exploração de crianças e adolescentes), a Associação Movimento Mulher 360 (equidade de gênero e empoderamento feminino) e o Instituto Julio Simões (uma série de programas sociais).

O canal existente de queixas unifica todas as reclamações dos funcionários, trabalhadores terceirizados e público externo. A maioria das reclamações são comunicadas anonimamente. Contudo, não existe um canal de queixas dedicado para tratar das preocupações do público externo.

4.2 Condições de Emprego e Trabalho

4.2.a Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores

4.2.a.i Políticas e Procedimentos de Recursos Humanos

A Política de Gestão de Recursos Humanos do Grupo cobre todas as companhias e contém metas, definição de responsabilidades, descrição do pessoal, especificações de cargos e avaliação de novos requerimentos, processo de recrutamento, avaliação da experiência de novos funcionários, diretrizes iniciais para novos funcionários, princípios para a coexistência no ambiente de trabalho (ênfatisando o respeito pelas diferenças), treinamento e diretrizes de desenvolvimento profissional, diretrizes para pagamento e benefícios, diretrizes para relações com os sindicatos, diretrizes para demissões, monitoramento para o desenvolvimento profissional, métodos de controle do desempenho, e levantamentos para avaliar a percepção e diversidade dos funcionários.

4.2.a.ii Condições de Trabalho e de Termos de Emprego

No final de 2020, o grupo tinha 21.709 funcionários, 18.094 (84,0%) dos quais eram homens e 3.615 mulheres (16,7%); a JSL Logística tinha 13.613 funcionários, dos quais 11.993 (88,1%) eram homens e 1620 (11,9%) eram mulheres; a Vamos tinha 948 funcionários, dos quais 752 (79,3%) eram homens e 196 (20,7%) eram mulheres; e a CS Brasil tinha 3.263 funcionários, dos quais 3.012 (92,3%) eram homens e 251 (7,7%) eram mulheres. O cliente cumpre com as regulamentações nacionais para o trabalho. O Grupo tem a sua própria força de trabalho e trabalha com caminhoneiros contratados conforme os termos de contratos de prestação de serviços de transporte de carga. A cadeia de abastecimento do Grupo também envolve fornecedores de serviços e produtos, consultores etc.

4.2.a.iii Sindicatos de Trabalhadores

A Política de Recursos Humanos do Cliente permite a livre associação dos funcionários em sindicatos.

4.2.a.iv Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades

A Política de Recursos Humanos do Cliente contém cláusulas para garantir gênero e acessibilidade, com oportunidades iguais para todos, independentemente do sexo, cor, religião, deficiência, estado civil, orientação sexual, situação familiar, idade ou qualquer outra condição.

4.2.a.v Demissões Coletivas

Atualmente, não existe indicação de demissão coletiva. Contudo, se for necessário no futuro, o cliente estudará alternativas e preparará um plano de demissões coletivas que minimizará os efeitos sobre os trabalhadores.

4.2.a.vi Mecanismo de queixas

A empresa disponibiliza um canal³ para informar queixas e receber reclamações dos públicos interno e externo. Este canal é gerenciado por uma companhia terceirizada (Contato Seguro) para assegurar a completa independência na recepção e tratamento das reclamações, compreende todas as companhias e aborda questões tais como o descumprimento da legislação e procedimentos da empresa, furto, roubo, corrupção, assédio sexual e moral e o uso indevido dos recursos da empresa.

De janeiro a dezembro de 2020, os canais de queixas receberam 853 reclamações relacionadas com a JSL, 150 com a CS Brasil e 42 com a Vamos. As reclamações envolvem assédio moral e sexual, comportamento inadequado, descumprimento de normas e procedimentos internos, danos e/ou uso indevido da propriedade da empresa, relações comunitárias, favorecimento de clientes e outras partes interessadas, furto, uso inadequado de informação, uso de álcool e drogas, descumprimento das leis trabalhistas, propina, relações inadequadas com fornecedores da Empresa, entre outros. No caso de reclamações consideradas críticas⁴, o cliente adotou as seguintes opções de remediação: demissão do funcionário, suspensão do funcionário, aconselhamento, treinamento, desqualificação do fornecedor e mudanças no procedimento. Em todos os casos, o tratamento e os resultados do processo são informados ao reclamante. Como exemplo de como o Cliente encara reclamações críticas, diante de uma queixa de assédio sexual de um funcionário por parte de outro trabalhador da empresa, o assediador foi imediatamente demitido, após a investigação ter confirmado a procedência da queixa.

Além do canal de queixas, o Grupo criou o Programa Aponte o Risco!⁵ dedicado a detecção precoce do risco, através do qual os funcionários e os trabalhadores terceirizados rapidamente podem identificar e comunicar riscos pessoais ou relacionados com a propriedade. O programa permite a comunicação anônima e o site permite fazer o upload de fotografias, vídeos e outro tipo de arquivos para dar suporte à reclamação.

³ O mecanismo de queixa pode ser acessado através de uma linha gratuita (0800 726 7111), da internet (contatoseguro.com.br/jsl) ou endereço eletrônico (canaldedenuncia@jsl.com.br).

⁴ As reclamações críticas abrangem furto, fraude ou malversação; favorecimento de fornecedores, clientes ou outras partes interessadas; assédio sexual ou ameaças; propinas, pagamento indevido ou comissão ilícita; e uso inadequado dos recursos da companhia.

⁵ Consiste em um site (www.contatoseguro.com.br/aponteoriscojsl), uma linha gratuita (0800 512 7720) e um e-mail (aponteorisco@jsl.com.br)

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

O Código de Conduta do Grupo proíbe expressamente empregar crianças e utilizar trabalho forçado. Sendo signatário do Pacto Global das Nações Unidas que advoga a abolição de trabalho infantil e o trabalho forçado, a Empresa não emprega crianças nem promove o trabalho forçado.

Por outra parte, a SIMPAR participa do Programa na Mão Certa (promovido pela Childhood Brasil, uma subsidiária da World Childhood Foundation) e mantém uma parceria com o Instituto Liberta, fazendo palestras sobre como lutar contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes nas ruas brasileiras. Em 2019, o cliente mobilizou 4994 pessoas, incluindo terceiras partes, clientes, funcionários e a comunidade em ações desta natureza.

4.2.c Saúde e Segurança Ocupacionais

O Grupo está comprometido com a promoção da saúde e a segurança de seus trabalhadores. Portanto, as suas áreas de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, e Gestão Integrada fornecem suporte a todas as companhias. O Cliente também trabalha com seus clientes para promover a saúde e a segurança e para cumprir com os padrões da SIMPAR.

O Grupo cumpre com as normas de saúde e segurança ocupacional brasileiras, por exemplo, o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Estes programas abrangem todas as companhias pertencentes ao Grupo. O Cliente também fornece o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (“SESMT”) e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (“CIPA”), conforme o requerido pela legislação brasileira.

As instalações são inspecionadas pelo corpo de bombeiros de cada prefeitura, que avalia os perigos de incêndio e examina o sistema de controle e de prevenção de incêndios. Depois da avaliação, que é um pré-requisito para autorizar a operação de cada unidade, o corpo de bombeiros correspondente expede um certificado que aprova as medidas de prevenção e controle implementadas em cada local.

O Grupo conta com planos de ação emergencial em vigor e, regularmente, desenvolve exercícios de simulação de incêndios que devem contar com a aprovação das autoridades locais.

Segundo seus Planos de Ação Emergencial, o Grupo é responsável por fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) a seus funcionários. Esses planos contêm um procedimento para a comunicação e investigação de acidentes e incidentes. As taxas de acidentes rodoviários são medidas em termos de acidentes por milhão de quilômetros e os acidentes dos funcionários são medidos em termos dos acidentes por milhão de horas trabalhadas. Em 2020, a SIMPAR teve 163 acidentes rodoviários, resultando numa taxa de acidentes de 0,70 por milhão de quilômetros. No mesmo período, foram registrados 49 acidentes de trabalhadores, gerando uma taxa de acidentes de 1,18 acidente por milhão de horas trabalhadas. Não foram registrados óbitos.

Para prevenir acidentes, o Cliente implementa ações de treinamento dos funcionários na área de segurança do trabalho⁶ e adotou uma série de medidas para melhorar a prevenção de acidentes, por exemplo: i) a instalação de dispositivos telemétricos dinâmicos em caminhões e ônibus, para alertar o motorista qual a velocidade segura em função do risco de cada ponto (curva, trevo, junção, etc.); ii) mecanismos de gestão da fadiga instalados nos caminhões e ônibus, para alertar o motorista em caso de sinais de fadiga; iii) monitoramento com drones em áreas de carga de madeira e cana, e outras áreas de trabalho para verificar o cumprimento dos procedimentos; iv) vídeos de segurança breves para aumentar a conscientização dos funcionários em termos de saúde e segurança; v) prevenção do uso de álcool e drogas, que inclui testar todos os motoristas para verificar se não conduzem sob os efeitos do álcool; vi) campanhas temáticas sobre tópicos como sonolência, condução antecipatória, condução segura e econômica, chuva, velocidade, eventos festivos que aumentem os riscos, tráfego, orientação para os períodos de férias e padrões operacionais.

Além das medidas acima referidas, em operações que envolvem transporte de carga perigosa, o Cliente segue um protocolo específico de certificação (SASSMAQ), e audita unidades específicas tanto internamente quanto por meio de auditores externos.

4.2.d Cláusulas para pessoas com deficiência

Os programas específicos para contratar pessoas com deficiência e refugiados se encontram elencados na webpage do Cliente (https://www.jsl.com.br/pt_BR/refugiados-pcd/). Adicionalmente, através do seu sistema da intranet, o Cliente estimula seus funcionários para indicar pessoas com deficiência ativas e comprometidas, e disponibiliza um endereço eletrônico de contato (canalgente@jsl.com.br) para receber essas indicações.

4.2.e Trabalhadores contratados por terceiras partes

O Grupo tem uma grande variedade de fornecedores de serviços e produtos (quase 18.400 em 2019). Segundo o Código de Conduta da Empresa, todos os fornecedores devem aderir aos seguintes princípios: i) conhecer e respeitar os padrões nacionais e internacionais, a legislação atual, bem como outros requerimentos, procedimentos e práticas de saúde e segurança aplicáveis a atividades e serviços; ii) observar o ambiente de trabalho cuidadosamente, identificando possíveis situações de risco em termos de saúde e segurança e comunicando-os à área apropriada imediatamente.

Para a JSL Logística, a área mais significativa é a gestão de motoristas contratados (identificados como “agregados” e “terceiros”), que realizam 95% do transporte de carga da Empresa e cujos serviços são regulados pelo correspondente contrato de serviço de transporte de carga.

A relação do Cliente com a terceira parte não permite assegurar, ainda, que todos os requerimentos aplicáveis relacionados com a saúde, a segurança e a conduta ética estejam sendo seguidos pelos terceiros.

⁶ Segundo o Relatório Integrado do cliente de 2020, foram ministradas 4,08 horas de treinamento por funcionário.

4.2.f Cadeia de Abastecimento

O Cliente tem um procedimento para homologar todos os fornecedores de bens e serviços. Para um fornecedor ser aceito como tal deve satisfazer os critérios relativos à qualidade, saúde, segurança e ambiente. Além disso, o fornecedor em questão deve demonstrar e declarar que não emprega crianças nem trabalho forçado e declarar formalmente que é contra o bullying, o assédio sexual e a discriminação em qualquer forma.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência dos Recursos

4.3.a.i Gases de Efeito Estufa

Embora a JSL aderisse ao Protocolo de Gases de Efeito Estufa (“GEE”)⁷ em 2018, foi apenas em 2020 que a SIMPAR se tornou membro (Ciclo 2021). O inventário da SIMPAR está disponível para a sua consulta por parte do público, e isso reforça a transparência ao revelar as emissões das suas subsidiárias.

Como a maioria dos veículos pesados utilizam diesel e os veículos pequenos usam gasolina ou etanol, a geração de gases de efeito estufa é, sem dúvida, o aspecto mais relevante vinculado com a operação. Em 2020, considerando as emissões nos Escopos 1, 2 e 3, as três companhias associadas com este Projeto emitiram 342.084,93⁸ toneladas de CO₂e (a JSL emitiu 240.785,83 toneladas de CO₂e; a Vamos emitiu 60.602,67 toneladas de CO₂e; e a CS Brasil emitiu 40.696,43 toneladas de CO₂e).

O Grupo faz uma avaliação detalhada do Escopo das emissões 1, 2, e 3 e implementa o monitoramento de maneira contínua. Adicionalmente, ele adotou uma série de programas e medidas para reduzir e controlar as emissões, incluindo: i) treinamento sobre condução econômica ministrado para os caminhoneiros da empresa; ii) renovação precoce da frota para assegurar o uso de veículos mais eficientes do ponto de vista energético; iii) aumento do uso de ônibus e caminhões elétricos e a gás natural; e iv) avaliação e otimização dos roteiros para assegurar reduções no consumo de combustível. Parte da operação financeira atual inclui o fornecimento de consultoria técnica para preparar um plano de ação no médio e longo prazo e reduzir as emissões de GEE. Um consultor externo avaliará a linha de base de GEE da SIMPAR e apresentará um plano de ação para reduzir os GEEs (incluindo KPIs).

4.3.a.ii Consumo de Água

O grupo é um grande consumidor de recursos hídricos. Em 2020, o consumo total de água foi de 392.670 MI, dos quais a JSL consumiu 133.290 MI (33,9%); a Vamos 18.020 MI (4,6%), a CS Brasil 69.806 MI (17,8%), e as outras companhias 171.554 MI (43,7%). O consumo total do Grupo em 2020 representou uma alta de 2,33% em relação com o ano anterior, devido tanto a protocolos de

⁷ O protocolo disponibiliza uma ferramenta para compreender, quantificar, e gerenciar as emissões GEE.

⁸ Os valores do Protocolo GEE foram atualizados depois da auditoria.

limpeza impostos pela pandemia quanto ao crescimento da empresa. O Grupo estabeleceu a meta de redução de 5% até 2021.

O uso racional de recursos hídricos foi adotado como uma prioridade de sustentabilidade para o Cliente. Os processos de alto impacto, como a limpeza ou a lavagem de veículos e prédios, são gerenciados com sistemas para o reuso nos seus escritórios e nas oficinas. Em sete filiais e lojas, o Cliente reduziu o consumo de água implementando um sistema de tratamento e reuso de circuito fechado. A gestão de efluentes é feita respeitando todas as normas federais e estaduais (resoluções do Conama⁹ e da Cetesb¹⁰) e, em algumas unidades, como a Intermodal de Itaquaquecetuba (SP), a água volta para o ambiente depois de completar os processos de tratamento.

4.3.b Prevenção da Poluição

4.3.b.i Resíduos

Os resíduos líquidos gerados pelas unidades operacionais do Grupo são efluentes provindos do uso de instalações sanitárias e a drenagem da lavagem de veículos e áreas de manutenção. Os efluentes sanitários são canalizados para os sistemas de esgoto públicos e, nos locais onde as redes públicas são inexistentes, o Cliente construiu tanques sépticos ou estações de tratamento de esgoto modulares, nos quais os efluentes sanitários são tratados em função dos níveis requeridos pelas normas brasileiras. A inspeção dessas instalações é realizada periodicamente. Empresas licenciadas são convocados para retirar os lodos e descartá-los com segurança.

Os efluentes oriundos da lavagem de veículos e as áreas de manutenção são coletados em caixas separadoras de água e óleo, através das quais os resíduos oleosos são removidos periodicamente e entregues a empreiteiros externos licenciados para serem descartados de forma segura. Naquelas instalações onde é feito o abastecimento de veículos, a superfície das áreas de abastecimento é impermeável e rodeada por canais que transportam a drenagem para caixas separadoras de água e óleo. Os resíduos oleosos acumulados são removidos periodicamente e seu descarte seguro é realizado por empreiteiros externos licenciados.

No que diz respeito ao controle da qualidade do ar nas unidades operacionais, o Cliente construiu cabines isoladas com sistemas de filtração e escape em oficinas de pintura de veículos e de reparação de chassi para impedir a contaminação nas áreas circundantes.

O Cliente tem planos de gestão de resíduos implementados em todas as unidades do Grupo. Os resíduos são segregados *in situ* e armazenados temporariamente antes de serem destinados ao descarte final por parte de agentes licenciados. O Manual de Gestão Ambiental do Grupo contém especificações para construir abrigos temporários para resíduos sólidos levando em conta

⁹ Conselho Nacional do Meio Ambiente, responsável em nível federal pela regulamentação da legislação ambiental, incluindo o estabelecimento de padrões.

¹⁰ Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, instituição ambiental que monitora e outorga licenças para projetos no Estado de São Paulo com atividades consideradas potencialmente contaminantes.

diferentes tipos de unidades operacionais. O Grupo cumpre com as normas brasileiras para a gestão de resíduos sólidos e a armazenagem temporária de resíduos perigosos.

O procedimento de gestão de resíduos da JSL despacha todo o óleo lubrificante ¹¹, usado para re-refino, como também pneus usados ¹², baterias ¹³, sucata metálica ¹⁴, resíduos de papel ¹⁵, e resíduos contaminados¹⁶. Somente os resíduos orgânicos são destinados a aterros sanitários licenciados. Em 2020, a JSL gerou 814,16 toneladas de pneus usados, 2.052,08 toneladas de baterias gastas, 706,82 toneladas de sucata metálica, 505,58 toneladas de resíduos contaminados, 136,98 toneladas de lubrificantes e 1.135,87 toneladas de resíduos orgânicos, totalizando 5.384,23 toneladas de resíduos.

A CS Brasil gerou 214 toneladas de pneus usados, 757,25 toneladas de baterias gastas, 294,78 toneladas de sucata metálica e 55,27 toneladas de lubrificantes usados. A informação sobre resíduos contaminados de origem orgânica gerada em 2020 não se encontra disponível. Portanto, a quantidade de resíduos da CS Brasil atingiu 1.321,3 toneladas de resíduos. A Vamos gerou 46,56 toneladas de lubrificante usado em 2020.

4.3.b.ii Gerenciamento de Materiais Perigosos

O transporte de materiais perigosos é implementado, aplicando procedimentos e licenças específicas. A Empresa requer treinamento específico (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP) para seus próprios motoristas e terceirizados responsáveis pelo transporte de substâncias perigosas. Adicionalmente, o Manual dos Motoristas do Cliente oferece orientações e contém um Plano Emergencial que cobre todo o Brasil para lidar com incidentes e acidentes relacionados com o transporte de substâncias perigosas.

Os resíduos perigosos, como os lubrificantes, resíduos oleosos e outros, são gerenciados, aplicando o processo de gestão existente do Cliente, segundo o qual os resíduos são armazenados in situ temporariamente e transportados pelos fornecedores licenciados para o destino final, que isso pode acarretar o reprocessamento ou a disposição em áreas autorizadas.

Com a exceção do depósito de Goiânia que armazena aerossóis – o que representa um perigo de incêndio significativo – a maioria das unidades operacionais não armazenam materiais perigosos, excetuando lubrificantes e combustível em instalações dedicadas à manutenção e abastecimento de veículos. Os sistemas de armazenagem foram desenhados em cumprimento das normas brasileiras e contam com medidas de segurança padrão em função dos requerimentos regulatórios.

¹¹ Os lubrificantes usados são coletados e enviados a companhias autorizadas que fazem o rerrefino dos lubrificantes.

¹² Os pneus usados são recuperados e reutilizados ou enviados a companhias autorizadas que os processam para transformá-los em artigos de borracha.

¹³ As baterias usadas são enviadas ao fabricante para sua reconversão ou venda.

¹⁴ A sucata metálica é separada e enviada a companhias que reutilizam ou reciclam os materiais.

¹⁵ Os resíduos de papel são destinados à reciclagem.

¹⁶ Os resíduos contaminados são enviados a companhias autorizadas para sua adequada disposição.

4.3.b.iii Uso e Manejo de Pesticidas

Embora o Grupo não empregue pesticidas, pode transportá-los como parte de suas operações. O transporte de substâncias perigosas (incluindo pesticidas) é regulado pela legislação brasileira. O Cliente tem sistemas adequados conforme os requerimentos brasileiros necessários para assegurar um transporte seguro e a resposta à emergência, se for necessário.

4.4 Saúde, Segurança e Proteção da Comunidade

4.4.a Saúde e Segurança da Comunidade

As unidades empresariais do Cliente se encontram em todo o Brasil e no estrangeiro. Estas unidades situam-se em áreas urbanas e suburbanas perto de áreas comerciais de várias cidades. Algumas unidades empresariais, como a Intermodal em Itaquaquecetuba, São Paulo, são depósitos de grande porte situados perto de autoestradas em áreas suburbanas. O Manual de Gestão Ambiental do Cliente contém medidas de gestão para os impactos mais comuns. Contudo, ele é muito modesto, se considerarmos as medidas para controlar os impactos negativos sobre as comunidades vizinhas.

O monitoramento de ruídos respeita as normas brasileiras relativas aos limites das unidades operacionais do Cliente. A gestão sonora, porém, ainda não contempla medições em receptores sensíveis. O monitoramento da qualidade do ar perto das unidades operacionais do Cliente não foi contemplado no Manual de Gestão Ambiental.

Com referência às reclamações apresentadas por comunidades externas, dado que são anônimas, Contato Seguro não conseguiu classificá-las em externas e internas. Mas a maioria dessas reclamações se referem principalmente a infrações de tráfego de motoristas terceirizados em ruas públicas (por exemplo, estacionamento em locais proibidos em bairros residenciais, em propriedades privadas, e algumas instâncias de dano de ruas públicas) e a maioria foram registradas no Estado de São Paulo.

A exploração sexual de crianças e adolescentes constitui um impacto potencial que pode ocorrer com maior probabilidade nas áreas de repouso, como postos de combustível, restaurantes e hotéis pequenos, onde os motoristas descansam. A fim de prevenir a materialização deste impacto, o Cliente apoia o Programa “Na Mão Certa”, criado em 2006 pela ONG Childhood Brasil¹⁷, que visa à educação contínua dos caminhoneiros para que eles protejam os direitos de crianças e adolescentes, informando casos suspeitos ou confirmados de exploração sexual.

4.4.a.i Projeto e Segurança da Infraestrutura e Equipamentos

As unidades operacionais do Cliente contam com um sistema de detecção e resposta de incêndios em conformidade com as regulamentações locais obrigatórias. O Sistema abrange detectores de

¹⁷ Este programa abrange o Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, um compromisso público para proteger crianças e adolescentes da exploração sexual.

fumaça, aspersores de incêndios, extintores, luzes de emergência, alarmas de incêndio, depósitos e bombas de água, hidrantes, mangueiras de incêndios, sinalização de equipamentos de emergência, saídas de emergência e pontos de encontro, que são aprovados pelas autoridades locais. Adicionalmente, as brigadas de emergência treinadas estão disponíveis para ativar a resposta inicial em caso de incêndio, envolvendo a evacuação e a comunicação com o departamento local de bombeiros e o primeiro combate. Um exemplo de simulação de resposta a incêndio foi apresentado pelo Cliente, como evidência de seu treinamento das brigadas de emergência.

4.4.a.ii Gestão e Segurança de Materiais Perigosos

O transporte de materiais perigosos é feito com veículos, procedimentos e licenças específicos. O transporte de materiais perigosos varia segundo o tipo de carga perigosa. Todos os motoristas responsáveis pelo transporte de substâncias perigosas devem receber treinamento (Curso MOPP¹⁸). Conforme aos padrões brasileiros e internacionais, os veículos de transporte têm características específicas segundo o tipo de produtos perigosos transportados e têm sinalização específica. O Cliente possui um Plano de Resposta Emergencial nacional adequadamente dimensionado para responder aos acidentes com substâncias perigosas.

As unidades operacionais de pequenas-a-médias do Cliente implementam sistemas de segurança contra incêndios, gerenciam seus resíduos sólidos e efluentes líquidos, e não armazenam quantidades significativas de materiais perigosos. Devido a suas dimensões, localizações e o tipo de operações implementadas in situ tendem a gerar quantidades pequenas de resíduos perigosos.

As unidades operacionais de grande porte da Empresa (centros de logística da JSL como a JSL Intermodal, a Vamos, a CS Brasil e outras) que podem armazenar lubrificantes e combustível como as principais substâncias perigosas e, como no caso do depósito de Goiânia, também aerossóis, têm implementado sistemas locais para gerenciar resíduos sólidos, efluentes, incluindo drenagem contaminada provinda das áreas de limpeza de veículos, oficinas de manutenção e estações de abastecimento. Estas unidades também têm sistemas de detecção e combate de incêndios.

Os sistemas de gerenciamento de substâncias perigosas e de resíduos do Cliente são adequados. No entanto, ele apresentará um certificado de segurança de vida e incêndio emitido por um especialista para assegurar o cumprimento dos padrões internacionais.

4.4.a.iii Serviços ambientais

O Grupo conduz suas operações em áreas urbanas e suburbanas que não fornecem serviços ambientais significativos.

¹⁸ MOPP (Movimentação de Operação de Produtos Perigosos). O Curso MOPP é um treinamento ministrado para caminhoneiros que deverão transportar produtos que envolvem algum tipo de risco físico, químico ou biológico para a população e o ambiente.

4.4.a.iv Exposição Comunitária a Doenças

O Grupo executa campanhas de controle de vetores de doenças em todas as unidades operacionais para prevenir a exposição potencial das comunidades vizinhas às doenças. Elas envolvem o uso periódico de produtos químicos para o controle de roedores e insetos feito por companhias licenciadas, bem como inspeções diárias para eliminar locais de reprodução de mosquitos (*Aedes aegypti*). O controle de insetos é realizado semestralmente, exceto em aquelas unidades que têm refeitórios, onde é feito mensalmente. O controle de roedores é feito trimestralmente em todas as unidades operacionais e o controle dos locais de reprodução de mosquitos é feito diariamente, especialmente durante a estação das chuvas.

Em relação com os efeitos da pandemia da COVID-19, o Cliente respeita protocolos sanitários estabelecidos para proteger os trabalhadores e os clientes, incluindo o uso obrigatório de máscaras e álcool em gel, sinalização para assegurar o distanciamento social e o uso do home office para evitar a exposição de trabalhadores que podem desenvolver as suas tarefas remotamente.

4.4.a.v Preparação e Respostas às Emergências

O Grupo tem um Plano de Ação Emergencial específico para realizar o transporte de bens perigosos que abrange todo o território brasileiro. Outros planos de ação emergencial estão disponíveis para as unidades operacionais do Cliente. A efetividade destes planos é testada periodicamente através de simulações.

Além do Plano de Ação de Emergência nacional para responder a acidentes envolvendo substâncias perigosas e planos de ação de emergência para cada unidade operacional, o Cliente tem um manual para motoristas que dedicado ao transporte de carga perigosa e não perigosa.

4.4.b Pessoal de Segurança

Todos os serviços de segurança dos estabelecimentos da JSL são organizados e fornecidos por companhias terceirizadas conforme a legislação brasileira (Lei 7.102/84). O Grupo tem desenvolvido medidas para controlar os riscos gerados pela segurança para os públicos interno e externo. A primeira medida de controle consiste na verificação de documentos dos fornecedores de serviços de segurança para avaliar o cumprimento das normas federais e estaduais pertinentes, a segunda é o asseguramento de que todo o pessoal de segurança deve ser treinado seguindo o Código de conduta do Cliente; a terceira é o monitoramento do desempenho e o comportamento apropriado do pessoal de segurança durante suas tarefas nas unidades operacionais do Cliente; e a quarta é o monitoramento de problemas relacionados com o pessoal de segurança através do canal de queixas.

Os fornecedores dos serviços de segurança atuais cumprem com as condições estabelecidas pelas regulamentações brasileiras, por exemplo: i) verificação prévia dos registros criminais do pessoal de segurança; ii) treinamento comportamental; iii) treinamento para o uso da força em situações específicas; e iv) treinamento para o uso de armas de fogo.

Em conformidade com a legislação brasileira, apenas os profissionais de segurança com um registro criminal limpo, e que tenham aprovado os cursos de treinamento requeridos, podem receber o cartão profissional de segurança. Este cartão pode ser revalidado depois de o profissional ter sido aprovado no retreinamento regular e demonstrado qualificações profissionais e um histórico adequados.

Antes de assinar o contrato com o fornecedor de serviços de segurança externo, o Cliente verifica todos os documentos requeridos pela legislação brasileira.

4.5 Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

O Cliente não realiza operações que contemplem o reassentamento involuntário de pessoas

4.6 Conservação da Biodiversidade e Habitats Naturais

O Projeto não afeta qualquer habitat natural, uma vez que opera em áreas urbanas e suburbanas.

4.7 Povos Indígenas

Devido à localização e às características das operações do Cliente, não se esperam impactos sobre povos indígenas.

4.8 Patrimônio Cultural

As operações do Grupo são desenvolvidas em contextos urbanos e suburbanos; por conseguinte, não se esperam impactos sobre o patrimônio cultural.

5. Acesso Local à Documentação do Projeto

A documentação relacionada com o projeto pode ser acessada nos seguintes links:

https://www.jsl.com.br/pt_BR/

<https://csbrasilservicos.com.br/>

<https://grupovamos.com.br/en/>